



CARTAS DO TROPICO

A festa do aniversário

RAYMUNDO FAORO

COMECEMOS PELO COMEÇO. A CARTA de Pero Vaz de Caminha descreve a primeira missa rezada no Brasil, com a presença dos capitães e os marinheiros, onde avultava o capitão de cavalaria, agora almirante, Pedro Álvares Cabral, em contraste com os índios no fundo do palco, por enquanto silenciosos. Na pregação, devotada à história do Evangelho, os índios levantaram-se, *tangeram cornos e buzina e começaram a dançar e saltar um pedaço.*

Começava aí, na raiz da conquista, o desencontro entre os conquistadores e os habitantes da terra. Ao sermão voltaram aos seus ritos, ausentes dos preceitos dos futuros conquistadores. Ao tentarem falar com os nativos – o escriba deixa em dúvida se a tentativa de diálogo seria com os índios ou com quatro moças, *bem moças e bem gentis...* segue-se uma descrição nada inocente sobre suas *vergonhas* – não conseguiram *mais falas e entendimento com eles, por a barbaria deles ser tamanha que não se entendia nem ouvia ninguém.* As *vergonhas* das índias ocupam um proeminente papel na colonização, com a miscigenação, filha sobretudo de homens moços e, se casados, deixaram a família na metrópole. O lado negro desse bom fruto será a degradação da índia, como será depois a da escrava, apenas usadas pelo português, que não se sentia vinculado à mulher, nem à descendência. O padre Nóbrega pediu às autoridades portuguesas que mandassem mulheres, *ainda que erradas*, não por preconceito, mas para que, com família, se começasse a colonização, com o abandono do ideal da conquista.

Ao contrário da colonização dos Estados Unidos, promovida por casais, a do Brasil seria mais uma aventura, a oportunidade de enriquecimento rápido, para voltar à terra com o espólio, abandonando a descendência brasileira – nestas bandas não há pecado, nem consciência, que será depositada numa ilha, antes de descer das caravelas. Terá razão Hegel ao dizer que os Estados Unidos foram colonizados, enquanto a América do Sul foi conquistada. Para sintetizar, não puderam os civilizados dialogar com os gentios, separados pelo

abismo que distancia os civilizados dos bárbaros. Foi a primeira vez que o povo – ou pré-povo – assistiu *bestializado* a ação dos que vieram para mandar – isto é, civilizar – os índios. Aqueles não compreenderam a estes, os bárbaros, nem estes àqueles. Os conquistadores vieram para mandar, ainda que ao custo da opressão e da cruel exploração. Este foi o começo e o modelo de muitos capítulos que daí se seguiram, nos quais não se estabelece o diálogo entre o *bárbaro*, o povo e os truculentos capitães-generais da Colônia. Os objetos do poder não entendiam a fala dos seus donos, nem estes se sentiam responsáveis pela sua vida e a liberdade.

Faltou-nos, para corrigir a nossa volubilidade, o senso da nacionalidade. O que é próprio dos países que são uma eterna esperança de futuro

A educação jesuítica, incapaz de regenerar os costumes, procurou converter o gentio, molhando-o superficialmente com a água do batismo, que, ao internar-se no sertão, voltava aos seus deuses. Com maior eficácia cuidaram de alfabetizar os filhos da miscigenação e os filhos dos índios, integrando-os no mundo português. A soberania pertencia ao rei e em seu nome se exercia, impondo-se, por todos os meios, aos que a ela se opusessem, rigidamente, admitindo alguns compromissos com os potentados locais, quando se transformassem nos braços dos capitães-mores e dos capitães-generais. A sociedade que as condições locais estavam formando se subordinava, sem voz, às decisões do prolongamento de Portugal na América. Ninguém podia ver, no território, um esbo-

ço de nação, submersos os habitantes numa onda de suspeição vigilante do poder.

José de Alencar, numa peça representada no Rio de Janeiro, em 1875, ao retratar o ano de 1759, num mundo onde mandava o *sargento-mor das batalhas e capitão-general*, o conde de Bobadela (Gomes Freire de Andrade), célebre pela destruição das missões jesuíticas, no Sul, imaginou como se faria, naquele tempo, a emancipação do Brasil. O que importa notar é que o espectador, e sobretudo o autor, falavam, projetando as preocupações do século 19, para os meados do século anterior. O sonho de um grande império, onde não havia *população* (tradução, na verdade, de povo). Para formá-la, sem as delongas do tempo, era preciso contar com os restos dos povos selvagens, que seriam civilizados pela religião, acrescidos das *raças vagabundas* que não tinham *onde assentar sua tenda*, os ciganos e os judeus. Todos os perseguidos em Portugal, Espanha, França e Inglaterra para aqui viriam, numa terra onde haveria tolerância e liberdade, onde nenhum homem se sentisse estrangeiro. Significativamente, esquece, neste império a criar, do escravo, que poderia ser emancipado. Todos teriam seu lugar ao lado dos imigrantes, menos os não-cidadãos do País. O esquema mental do conquistador português, com suas exclusões, continuava em vigor: representada a autoridade como a que tem o poder de prender – sem examinar a opinião dos que estão embaixo, nem condescender com a quebra de disciplina. O povoamento – nos termos do autor, a população – seria obra de um poder superior, que civilizava os índios e constituía a sociedade civil.

SE HOUVE A PRESENÇA DOS *OPTIMATES* (das camadas da população então consideradas povo) no movimento da Independência, o povo assistiu *bestializado* o magno acontecimento, com a ressalva da rebelião ao Norte, à outorga da Constituição de 1824, que organiza o Império. Não mais se falava em povo (a palavra *povos*, nela mencionada se refere a vilas onde funcionem câmaras municipais), não condescendendo com os princípios da Revolução Francesa e

241

de Rousseau, preferindo mencionar, em lugar da palavra banida, os *cidadãos*. No *Fico*, de 1821, a palavra *povo* aparece em primeiro plano, uma forma de aliciar os partidários da Independência, entre os quais havia liberais propensos a incorporar o povo no país a criar, os quais, mais tarde, seriam perseguidos e exilados. A Constituição outorgada entrou em lugar dos princípios ditos subversivos desses liberais, que se fizeram ouvir no projeto da Assembléia Constituinte, que sofreu influência do século 18. No mundo oficial, ao contrário do que pensavam os letrados, sempre havidos, falsamente ou realmente, como insurgentes, banuiu-se da prática política a *filosofia das luzes*, reputada rebelde à autoridade.

PARA AFASTAR QUALQUER IDÉIA DE soberania popular, que seria um desafio à soberania do imperador, invocava-se o princípio que ungia os reis no direito divino. A nação se corporificaria nos cidadãos que o Estado designasse, não apenas nas palavras constitucionais, mas no que está por trás delas, o poder se fazer representar nos conselhos do poder. O Estado, na sua essência, não seria a autoconsciência do indivíduo, mas uma entidade artificial, postíça, que se alimentava das entranhas da sociedade civil, aleijando-a na medida da necessidade de que a ele servisse. Quem a isso se opusesse seria sacrificado, com a pena reservada aos revolucionários do Norte, que não aceitaram a Carta outorgada, prescindindo do povo, simbolizados no fuzilamento de frei Caneca.

Mais tarde, o Manifesto Republicano de 1870, reivindicaria o sistema democrático para o País, recordando que “entre a sorte do povo e a sorte da família, foram os interesses dinásticos que sobrepujaram os interesses do Brasil”. Denunciava o absolutismo real e pedia que a soberania se deslocasse para o povo. É curioso notar que os signatários que permaneceram republicanos e que sobreviveram ao 15 de Novembro, por exemplo, Saldanha Marinho e Quintino Bocaiuva, foram marginalizados honrosamente pelos que se apossaram do regime, os militares e as oligarquias hegemônicas de São Paulo e Minas Gerais. Mais uma vez, os liberais democratas seguiam a sorte dos liberais da década da Independência. Um dos signatários do Manifesto, Aristides Lobo, inaugurando politicamente um vocábulo, disse que o povo assistiu *bestializado* à parada militar de 15 de Novembro.

O novo regime, nas suas várias constituições, deu ênfase a essa figura de retórica republicana — o povo, sem nenhum tra-

ço pejorativo. Obviamente, do povo ainda se excluía a “população”, os subversivos que levavam a sério o direito de participação política. Em muitas outras ocasiões — como em 1964 —, o povo assistiu *bestializado* aos acontecimentos políticos. Deve-se levar em conta, quando se fala dos *bestializados*, a tese original de José Murilo de Carvalho, que sustenta, com provas enérgicas, de que essa categoria, excluída da cidadania, seja pelo voto então restrito aos alfabetizados, seja pela incapacidade das forças subalternas de se organizarem politicamente, despida de representação, estaria sempre disponível para as rebeliões, como a da vacina, em 1904.

Neste rápido esboço comemorativo, há um aspecto que merece ser lembrado. A política das exclusões políticas, da Colônia, do Império e da República, avaliza todas as decisões dos que se apossam das instituições políticas. Decisões que ora pendem para incrementar a economia pelos subsídios públicos, para as proteções, ora para a hostilidade às indústrias, reputadas de artificiais, para o livre cambismo, mas dentro de uma constante: ontem, o olho fixado na libra, hoje no dólar, constantes à vassalagem à metrópole, desde a Colônia, com relação a Portugal, no ciclo do café, com as casas exportadoras estrangeiras, depois com as multinacionais, culminando com o neoliberalismo e a globalização, com a fé inabalável dos conversos ao último grito. Faltou-nos um eixo nacional, sempre restrito e apropriado pelas autoridades, longe dos interessados e dos destinatários de tais políticas.

UM DIA, CAMPOS SALLES DELIBEROU matar a nação, mesmo a nação dos cafeeiros e a dos nascentes industriais, e, sem oposição, fez o que queria. Vargas queria um Estado industrial e o fez, supondo que, com as barreiras que impôs ao estrangeiro, depois concretizadas na política da substituição das importações por produtos nacionais, criaria um mercado interno, forçado a financiar o capital predatório. As inconsciências nascem de uma constância: não criamos a nação, e, em lugar dela, seguimos a ordem do dia dos que supõem que, com as mágicas de Próspero, pode-se dominar os ventos, ordenar as tempestades e, acima de tudo, animados pelo espírito de Ariel, o obediente e superior Ariel, escravizar o *bestial* Calibã, que somos nós, os nativos, como se verá da palavra: Calibã em lugar de Canibal. Nossa fascinação ao mundo que nos vende máquinas e ilusões vem da

origem do pensamento econômico que orienta o País como um cometa periódico e de curso incerto. Em 1804, o visconde de Cairu lançou os *Princípios de Economia Política*, divulgando, para orientação do País, as idéias de Adam Smith, que seria o inalcançável alvo do progresso nacional.

LIBERTO DO MIMETISMO DO PADROEIRO da economia brasileira, pouco antes, Alexander Hamilton, no *Report of Manufactures*, embora admirador de Adam Smith, preconizava que se encorajassem as manufaturas e que o governo orientasse a economia para esse fim. A economia deveria concorrer no mercado mundial, preservando, contra este, as indústrias nacionais e o controle do mercado interno. Em outra monografia, advogou a criação de um banco nacional, ao modelo do Banco da Inglaterra, que fosse um vínculo e uma parceria entre o governo e o mundo dos negócios. Neste particular, fixou-se, ainda que invalidada a proposição, o princípio dos bancos nacionais, não permitidos os bancos estrangeiros de operar nos Estados Unidos, salvo se fossem criados como bancos americanos, ainda que com nome estrangeiro. Seria essencial a uma economia nacional o controle do sistema de crédito, voltado para o desenvolvimento do País.

Joaquim Nabuco, ao aludir a uma conversa com o barão de Tautphoeus, conta que pensava ser uma inferioridade inglesa a sua impermeabilidade a idéias e concepções alheias. O barão mostrou-lhe que era justamente o contrário o que se devia pensar: essa suspeita do que vem de fora prova que a originalidade inglesa provém do orgulho de suas criações nacionais:

“Foi essa reflexão que me levou a pensar que o cosmopolitismo, na esfera da concepção intelectual, não é um elemento criador, nem uma superioridade invejável: ao contrário, a dificuldade de assimilar, de sentir o que não tem afinidades com a nossa própria produção é antes uma virtude do que um defeito; a permeabilidade prejudica a solidez e conservação das qualidades próprias, isto é, da própria natureza” (*Minha Formação*).

Faltou-nos, para corrigir a nossa volubilidade, o senso da nacionalidade, entregue a todas as sugestões do mundo: o que é próprio dos países que são uma eterna esperança de futuro, sem que este nunca chegue. Pelo menos, não chegaram e esta festa de aniversário, oficialmente patrocinada, com o repique de sinos, fogos de artifício e tapetes vermelhos.